

# Windepar Holding S.A.

**Demonstrações contábeis  
Individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis</b>	<b>11</b>



# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

**Aos administradores e acionistas da Windepar Holding S.A.**

São Paulo - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Windepar Holding S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Windepar Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Teste por Redução ao Valor Recuperável

Veja as Notas 3.2 e 9 das demonstrações contábeis.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia possuem em suas demonstrações contábeis, ativos não financeiros relacionados a ativos imobilizados de longa duração, referentes às usinas geradoras de energia. Devido à existência de indicadores de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, a Companhia realizou a estimativa do valor recuperável da unidade geradora de caixa ("UGC"), ao qual os ativos não financeiros estão alocados, com base no valor em uso.</p> <p>A determinação do valor em uso é baseada em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente. Para a construção da estimativa a Administração utilizou-se de premissas, tais como taxa de desconto, volume, preço de venda, períodos de continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos.</p> <p>Por haver alto grau de julgamento e incertezas relacionadas ao processo de determinação das premissas da estimativa de projeções futuras de fluxos de caixas que levam em consideração os planos de negócios da Administração, e por haver sensibilidade nas premissas para a construção da estimativa que podem impactar de forma relevante os valores recuperáveis dos ativos e, conseqüentemente, as demonstrações contábeis como um todo, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>● Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia relacionadas com a preparação e revisão do valor recuperável de ativos não financeiros.</li><li>● Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas:<ul style="list-style-type: none"><li>– Avaliamos as principais premissas utilizadas pela Companhia no cálculo de redução ao valor recuperável, incluindo as taxas de desconto, volume, preço de venda de energia, períodos de continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos no período de projeção na determinação dos fluxos de caixa descontados;</li><li>– Efetuamos análise de sensibilidade no que tange às premissas utilizadas.</li></ul></li><li>● Avaliação das divulgações nas demonstrações contábeis, em especial as relativas às premissas utilizadas no teste do valor recuperável de seus ativos.</li></ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o valor recuperável dos ativos não financeiros, assim como, as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.</p>

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se

manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de Março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

# Windepar Holding S.A.

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
		<b>6.254</b>	<b>5.235</b>	<b>114.511</b>	<b>111.314</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	1.826	8.358	5.292
Investimentos de curto prazo	5	1.701	-	9.728	11.984
Títulos e valores mobiliários	6	685	513	79.253	80.443
Contas a receber de clientes	7	-	-	11.462	9.649
Dividendos a receber	14.1	864	1.508	-	-
Despesas pagas antecipadamente		1	-	1.911	1.402
Tributos compensáveis		126	28	129	31
Outros ativos		2.877	1.360	3.670	2.513
<b>Não circulante</b>					
		<b>258.628</b>	<b>275.182</b>	<b>435.278</b>	<b>456.140</b>
Outros ativos		-	-	31	85
Investimento em controladas	8	258.628	275.182	-	-
Imobilizado	9	-	-	418.882	439.167
Intangível	10	-	-	16.365	16.888
<b>Total do ativo</b>					
		<b>264.882</b>	<b>280.417</b>	<b>549.789</b>	<b>567.454</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
		<b>9.439</b>	<b>13.469</b>	<b>76.965</b>	<b>67.883</b>
Fornecedores		-	8	3.893	4.930
Empréstimos, financiamento e debêntures	11	9.435	13.458	36.460	38.198
Arrendamentos		-	-	176	211
Salários, férias e encargos sociais		-	-	568	689
Impostos de renda e contribuição social a recolher		-	-	1.233	1.009
Outros tributos a recolher		4	3	1.021	592
Provisões	12	-	-	2.863	305
Provisão de ressarcimento	15	-	-	27.200	19.937
Outros passivos		-	-	3.551	2.012
<b>Não circulante</b>					
		<b>42.355</b>	<b>48.653</b>	<b>259.736</b>	<b>281.276</b>
Empréstimos, financiamento e debêntures	11	42.355	48.653	233.827	259.943
Arrendamentos		-	-	4.485	5.836
Provisões	12	-	-	5.812	7.826
Provisão de ressarcimento	15	-	-	15.612	7.671
<b>Patrimônio líquido</b>					
		<b>213.088</b>	<b>218.295</b>	<b>213.088</b>	<b>218.295</b>
Capital social	16	298.455	298.455	298.455	298.455
Prejuízos acumulados		(85.367)	(80.160)	(85.367)	(80.160)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>					
		<b>264.882</b>	<b>280.417</b>	<b>549.789</b>	<b>567.454</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# Windepar Holding S.A.

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	17	-	-	66.672	58.079
Custos operacionais	18	-	-	(39.881)	(37.900)
<b>Lucro bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>26.791</b>	<b>20.179</b>
<b>(Despesas) operacionais</b>	18	<b>(591)</b>	<b>(502)</b>	<b>(4.654)</b>	<b>(4.639)</b>
Despesas gerais e administrativas		(591)	(502)	(4.654)	(4.639)
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	8	<b>3.067</b>	<b>(2.739)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro</b>		<b>2.476</b>	<b>(3.241)</b>	<b>22.137</b>	<b>15.540</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(7.683)</b>	<b>(9.232)</b>	<b>(20.293)</b>	<b>(22.116)</b>
Despesas financeiras	19	(8.049)	(9.482)	(32.765)	(32.351)
Receitas financeiras	19	366	250	12.472	10.235
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(5.207)</b>	<b>(12.473)</b>	<b>1.844</b>	<b>(6.576)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	20	-	-	(7.051)	(5.784)
Imposto de renda e contribuição social diferido	20	-	-	-	(113)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(5.207)</b>	<b>(12.473)</b>	<b>(5.207)</b>	<b>(12.473)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# Windepar Holding S.A.

## Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Prejuízo do exercício</b>	(5.207)	(12.473)	(5.207)	(12.473)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(5.207)</b>	<b>(12.473)</b>	<b>(5.207)</b>	<b>(12.473)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# Windepar Holding S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Em milhares de Reais)*

	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>298.455</b>	<b>(67.687)</b>	<b>230.768</b>
Prejuízo do exercício	-	(12.473)	(12.473)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>298.455</b>	<b>(80.160)</b>	<b>218.295</b>
Prejuízo do exercício	-	(5.207)	(5.207)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>298.455</b>	<b>(85.367)</b>	<b>213.088</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



# Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

## 1 Contexto operacional

A Windepar Holding S.A. (“Companhia” ou “Windepar”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 09 de maio de 2017, com sede na cidade de São Paulo - SP na Rua Gomes de Carvalho, n. 1996, 16º andar, Conjunto 162, Sala E, e tem por objeto a participação em outras sociedades, civis ou comerciais, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, bem como, a gestão e a comercialização de bens próprios. A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A.

A Windepar controla cinco companhias de geração de energia elétrica por meio de fonte eólicas localizadas no Brasil, sendo divulgado abaixo os detalhes das autorizações:

Controladas	Localização	Resolução Autorizativa ANEEL n°	Prazo da autorização		Início da operação	Capacidade instalada - MW	Garantia física - MW
			Início	Fim			
Energia dos Ventos I S.A. ('EDV I')	Aracati (CE)	Portaria 431/12	17/07/12	17/07/47	22/12/18	23,1	11,8
Energia dos Ventos II S.A. ('EDV II')	Aracati (CE)	Portaria 428/12	16/07/12	16/07/47	22/12/18	12,6	6,0
Energia dos Ventos III S.A. ('EDV III')	Aracati (CE)	Portaria 433/12	19/07/12	19/07/47	22/12/18	18,9	9,6
Energia dos Ventos IV S.A. ('EDV IV')	Aracati (CE)	Portaria 442/12	24/07/12	24/07/47	22/12/18	27,3	14,8
Energia dos Ventos X S.A. ('EDV X')	Aracati (CE)	Portaria 435/12	19/07/12	19/07/47	22/12/18	16,8	8,7
						<b>98,7</b>	<b>50,9</b>

A autorização de exploração vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, a contar da data da sua publicação (até julho de 2047) podendo ser prorrogada a critério do poder concedente. Não está previsto indenização dos investimentos efetuados ao final do prazo da autorização.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2025, capital circulante negativo de R\$ 3.185. Em 31 de dezembro de 2025 a administração estima que nenhum ajuste é necessário para fazer face à liquidação de seus passivos, tendo em vista que os recursos para quitação das dívidas é proveniente das suas controladas.

Essas demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas.

## 2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Declaração de conformidade

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 04 de março de 2026.

Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

### **Base de mensuração**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, mensurados a valor justo.

### **Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

### **Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e, despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões e inclusive provisões para contingências.

#### ***I. Julgamentos***

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às informações contábeis, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 3.2 - Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e nota explicativa 9 – Ativo imobilizado;
- Nota 13 - Provisões para contingências e nota explicativa 3.4 – Provisões: estimativa do risco;
- Nota 12 – Provisão para desmobilização de ativos e nota explicativa 3.5 - Provisões: Reconhecimento e mensuração dos valores envolvidos;
- Nota 15 e nota explicativa 3.12 – Provisão de ressarcimento: Reconhecimento e mensuração dos valores envolvidos.

#### ***II. Incertezas sobre premissas e estimativas***

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3.2 - Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e nota explicativa 9 – Ativo imobilizado: principais premissas em relação aos valores recuperáveis
- Nota explicativa 3.8 – Arrendamentos: taxa aplicadas e contratos considerados;

- Nota 7 – Contas a receber de clientes e nota explicativa 3.11 – Receita de geração de energia elétrica: Valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”);
- Nota 8 e nota explicativa 3.6 – Imobilizado: taxa de depreciação;
- Nota 13 – Provisões para contingências e nota explicativa 3.4 – Provisões: reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota 12 – Provisão para desmobilização de ativos e nota explicativa 3.5 – Provisões: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota 15 e nota explicativa 3.12 – Provisão de ressarcimento: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

### Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e de suas controladas. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. A tabela a seguir demonstra os investimentos que a Companhia possui:

Descrição	Atividade	Participação (%)	
		31/12/2025	31/12/2024
<b><u>Participação direta</u></b>			
Energia dos Ventos I S.A.	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos II S.A.	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos III S.A.	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos IV S.A.	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos X S.A.	Geração	100,00	100,00

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as controladas e a controladora, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros;
- Participações no capital, reservas e lucro (prejuízo) do exercício das controladas.

## 3 Sumário das principais práticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário.

### 3.1 Instrumentos financeiros

#### Reconhecimento e mensuração inicial

O saldo do contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua

aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### **Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma que atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

### ***Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:***

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia e suas controladas tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e,
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

***Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas:***

- Ativos financeiros a VJR – Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado – Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

***Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas***

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, e é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**Desreconhecimento**

***Ativo Financeiro***

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

***Passivos financeiros***

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

***Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## 3.2 Redução ao valor recuperável

### Ativos financeiros não-derivativos

#### *Instrumentos financeiros*

A Companhia e suas controladas avaliam a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia e suas controladas mensuram as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas consideram ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

#### *Mensuração das perdas de crédito esperadas*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

#### *Ativos financeiros com problemas de recuperação*

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros terão problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou,
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

#### *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

#### *Baixa*

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

### ***Ativos não financeiros***

A Companhia e suas controladas revisam periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder seu valor recuperável.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

### **Teste de redução ao valor recuperável**

A Companhia avaliou a evidência de desvalorização dos ativos financeiros e não financeiros com base no seu valor em uso, nas controladas EDV I, II, III, IV e X, em função do crescimento dos cortes de geração de energia (curtailment) que afetou a geração de energia aumentando por consequência a provisão com ressarcimento ao longo do exercício de 2025, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa.

Os estudos de recuperabilidade foram realizados com data-base em setembro de 2025 e não indicaram a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

O teste de recuperabilidade considerou o modelo econômico-financeiro da Companhia, projetado de forma nominal e anual ao longo do prazo remanescente da autorização.

## **3.3 Investimentos**

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais (Controladora).

## **3.4 Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **3.5 Provisão para desmobilização**

Aplicável às controladas que exploram parques eólicos, em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente.

### **3.6 Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e por suas controladas. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015, limitado ao prazo de autorização.

### **3.7 Intangível**

Software: o ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

### **3.8 Arrendamentos**

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia utiliza como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante.

### **3.9 Tributação**

#### **• *Tributos sobre as vendas de energia***

As receitas de venda de energia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

-Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%; e

-Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses tributos são recolhidos com base no regime de caixa e reconhecidos com base no regime de

competência, são deduzidos das receitas de vendas, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

• **Imposto de renda e contribuição social – correntes**

O imposto de renda e a contribuição social registrados no resultado são calculados conforme sistemática do Lucro Presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas com a presunção aplicando sobre o montante da receita bruta as alíquotas de 8% e 12% respectivamente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 mil trimestrais totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

### **3.10 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica**

As controladas, em conformidade com a Lei 9.427/96, recolhem a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido.

### **3.11 Receita de geração de energia elétrica**

As receitas de suas controladas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações dos contratos com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente nos contratos; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfazer as obrigações de desempenho dos contratos. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(a) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento no Ambiente de Contratação Regulada – ACR. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2025 é de:

- R\$ 229,72 MW/h (R\$ 218,54 MW/h em 2024) para a EDV I;
- R\$ 227,53 MW/h (R\$ 216,45 MW/h em 2024) para a EDV II;
- R\$ 230,28 MW/h (R\$ 219,07 MW/h em 2024) para a EDV III;
- R\$ 229,14 MW/h (R\$ 218,14 MW/h em 2024) para a EDV IV; e
- R\$ 228,57 MW/h (R\$ 217,44 MW/h em 2024) para a EDV X.

Todos os preços acima são reajustados pelo IPCA pelo período de suprimento de 20 anos contados a partir de 01 de janeiro de 2016.

(b) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida de pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

(c) Suprimento de energia – ambiente livre: a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2025 é de:

- R\$ 195,28 MW/h (R\$ 181,17 MW/h em 2024) para a EDV I;
- R\$ 209,17 MW/h (R\$ 177,88 MW/h em 2024) para a EDV II;

- R\$ 211,40 MW/h (R\$ 181,46 MW/h em 2024) para a EDV III;
- R\$ 210,70 MW/h (R\$ 176,69 MW/h em 2024) para a EDV IV; e
- R\$ 212,30 MW/h (R\$ 177,72 MW/h em 2024) para a EDV X.

### 3.12 Provisão de ressarcimento

Aplicado às controladas.

#### **Política contábil**

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia eólica fora dos limites de tolerância estabelecidos nos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”) (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica “Receita bruta de venda de energia”.

**Geração excedente:** Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CCEAR são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada, valorada pelo PLD médio do mês de liquidação do excedente.

**Geração deficitária:** Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CCEAR são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada, valorada pelo maior valor entre o PLD médio anual ou quadrienal e a tarifa vigente do CCEAR no momento da apuração.

As controladoras considera que tal contraprestação é uma parcela variável prevista no contrato, conforme determinado pelo CPC 47- Receita de contrato com cliente, no qual, a entidade deve estimar o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer. A Companhia mensura a contraprestação variável nos referidos contratos pelo método do valor mais provável

### 3.13 Demonstrações do fluxo de caixa

A Companhia e suas controladas classificam juros pagos e dividendos pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento pois reflete a remuneração dos provedores de capital, e classifica os dividendos recebidos como atividades de investimento pois reflete o retorno sobre os investimentos efetuados.

### 3.14 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia e suas controladas classificam os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros.

A ‘taxa de juros efetiva’ é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

### 3.15 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

#### Em vigor desde 1º de janeiro de 2025

Os principais normativos revisados e que são efetivos para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025, são:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após
CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Informações Financeiras	Ausência de conversibilidade / permutabilidade	01 de janeiro de 2025
OCPC 10 – Créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e crédito de descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das informações financeiras intermediárias e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01 de janeiro de 2025

A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

#### Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R2) Demonstrações consolidadas	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgações relacionadas ao Clima	Requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e clima	Adoção voluntária a partir de 01.01.2024 e obrigatória a partir de 01.01.2026 para companhias abertas
CPC 48 e CPC 40 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Classificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01 de janeiro de 2026
CPC 18 (R2) Investimento em coligada, em controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	01 de janeiro de 2026
IFRS 18 – Apresentação e divulgação em Informações Financeiras Intermediárias	Nova norma que altera a estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01 de janeiro de 2027
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01 de janeiro de 2027

A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e espera impactos substanciais nas demonstrações contábeis na adoção da norma IFRS 18.

## 4 Caixa e equivalentes de Caixa

	Remuneração média		Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Banco conta movimento	-	-	-	8.358	3.466	
Certificados de depósitos bancários	99,50 % do CDI	-	1.826	-	1.826	
			<b>1.826</b>	<b>8.358</b>	<b>5.292</b>	

## 5 Investimentos de curto prazo

	Remuneração média		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fundo de Investimento - STA Energia	100,44% do CDI	94,99% do CDI	<b>9.728</b>	<b>11.984</b>

As controladas aplicam seus recursos no Fundo de Investimento STA Energia (fundo não exclusivo), cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

## 6 Títulos e valores mobiliários

Instituição	Remuneração média		Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aplicação pós fixada BNDES	97,75% do CDI	93,60% do CDI	685	513	67.836	69.314
Aplicação pós fixada Debêntures	97,75% do CDI	93,60% do CDI	-	-	11.417	11.129
			<b>685</b>	<b>513</b>	<b>79.253</b>	<b>80.443</b>

As contas vinculadas ao BNDES são aplicações em garantia do contrato de financiamento de abertura de crédito número 15.207.781 e 19.205.981 celebrados entre as controladas e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para implantação dos parques eólicos, o qual estabelece que as controladas devem constituir uma conta bancária reserva do BNDES, realizando movimentação, periodicamente, para pagamentos decorrentes dos contratos de financiamento, no caso de insuficiência de saldo de recursos, na conta centralizadora.

As contas vinculadas as Debêntures estão aplicadas no Banco Itáú e em garantia do contrato de debêntures da controladora Windepar conforme instrumento particular de escritura da 1ª Emissão, que estabelece obrigatoriedade de constituição de reservas para conta O&M.

## 7 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Suprimento de energia elétrica	10.976	9.492
Ajuste positivo CCEE	486	157
	<b>11.462</b>	<b>9.649</b>

Os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do

mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Os contratos de venda de energia no mercado de curto prazo (ACL), são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Os valores da rubrica “Ajuste positivo – CCEE” referem-se a valores a receber das controladas e aos montantes estimados e não faturados, que serão liquidados no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, visto que não há histórico de perdas e/ou expectativas de perdas e não há saldos vencidos no contas a receber de clientes.

## 8 Investimentos

Composição do investimento:

	<b>Investimentos Valor patrimonial</b>	<b>Mais valia</b>	<b>Saldo em 31/12/2025</b>
EDV I	49.723	2.071	51.794
EDV II	30.633	1.276	31.909
EDV III	47.182	1.848	49.030
EDV IV	83.030	2.712	85.742
EDV X	38.484	1.669	40.153
<b>Total</b>	<b>249.052</b>	<b>9.576</b>	<b>258.628</b>

	<b>Investimentos Valor patrimonial</b>	<b>Mais valia</b>	<b>Saldo em 31/12/2024</b>
EDV I	54.187	2.167	56.354
EDV II	32.696	1.335	34.031
EDV III	49.394	1.934	51.328
EDV IV	87.323	2.838	90.161
EDV X	41.562	1.746	43.308
<b>Total</b>	<b>265.162</b>	<b>10.020</b>	<b>275.182</b>

A movimentação do investimento é conforme segue:

<b>Investimentos:</b>	<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>Redução de capital</b>	<b>Amortização do intangível</b>	<b>Equivalência Patrimonial</b>	<b>Dividendos</b>	<b>Saldo em 31/12/2025</b>
EDV I	56.354	(4.023)	(96)	(441)	-	51.794
EDV II	34.031	(2.306)	(59)	319	(76)	31.909
EDV III	51.328	(3.456)	(86)	1.632	(388)	49.030
EDV IV	90.161	(5.581)	(125)	1.688	(400)	85.743
EDV X	43.308	(2.947)	(78)	(131)	-	40.152
<b>Total</b>	<b>275.182</b>	<b>(18.313)</b>	<b>(444)</b>	<b>3.067</b>	<b>(864)</b>	<b>258.628</b>

<b>Investimentos:</b>	<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>Redução de capital</b>	<b>Amortização do intangível</b>	<b>Equivalência Patrimonial</b>	<b>Saldo em 31/12/2024</b>
EDV I	61.241	(4.140)	(96)	(651)	56.354
EDV II	37.221	(1.936)	(59)	(1.195)	34.031
EDV III	54.695	(2.762)	(86)	(519)	51.328
EDV IV	95.488	(4.965)	(125)	(237)	90.161
EDV X	46.427	(2.904)	(78)	(137)	43.308
<b>Total</b>	<b>295.072</b>	<b>(16.707)</b>	<b>(444)</b>	<b>(2.739)</b>	<b>275.182</b>

Na composição do saldo de investimentos existe uma parcela relacionada ao Direito de exploração (Intangível) no valor total líquido da amortização acumulada de R\$ 9.576, reclassificado para o intangível para fins de consolidação, conforme nota explicativa nº 11.

Os investimentos em controladas estão apresentados a seguir:

<b>Controladora</b>							
<b>Descrição</b>	<b>Dados das controladas</b>						
	<b>31/12/2025</b>						
	<b>Qtde de ações totais</b>	<b>Qtde de ações detidas</b>	<b>Participação Votante e Total</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Resultado</b>
EDV I	69.221.967	69.221.966	100,00%	117.793	68.070	49.723	(441)
EDV II	41.398.028	41.398.027	100,00%	65.668	35.035	30.633	319
EDV III	51.563.928	51.563.927	100,00%	97.994	50.812	47.182	1.632
EDV IV	95.942.065	95.942.064	100,00%	164.609	81.579	83.030	1.689
EDV X	54.964.888	54.964.887	100,00%	88.760	50.276	38.484	(131)

<b>Controladora</b>							
<b>Descrição</b>	<b>Dados das controladas</b>						
	<b>31/12/2024</b>						
	<b>Qtde de ações totais</b>	<b>Qtde de ações detidas</b>	<b>Participação Votante e Total</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Resultado</b>
EDV I	69.221.967	69.221.966	100,00%	123.612	69.425	54.187	(651)
EDV II	41.398.028	41.398.027	100,00%	68.197	35.501	32.696	(1.195)
EDV III	51.563.928	51.563.927	100,00%	100.945	51.551	49.394	(519)
EDV IV	95.942.065	95.942.064	100,00%	167.754	80.432	87.322	(237)
EDV X	54.964.888	54.964.887	100,00%	93.199	51.636	41.563	(137)

## 9 Imobilizado

Consolidado					
Taxa média anual de depreciação	31/12/2024	Adições	Outros	31/12/2025	
<b>Imobilizado em serviço</b>					
Terrenos	6.600	-	-	6.600	
Edificações e obras cívicas	3% 11.864	134	-	11.998	
Máquinas e equipamentos	4% 577.705	2.613	-	580.318	
Móveis e utensílios	5% 166	75	-	241	
Direito de uso s/ arrendamento (ii)	4% 6.734	-	(1.207)	5.527	
<b>Total do custo do imobilizado</b>	<b>603.069</b>	<b>2.822</b>	<b>(1.207)</b>	<b>604.684</b>	
<b>(-) Depreciação acumulada</b>					
Edificações e obras cívicas	(2.765)	(382)	-	(3.147)	
Máquinas e equipamentos	(172.975)	(21.397)	-	(194.372)	
Móveis e utensílios	(45)	(13)	-	(58)	
Direito de uso s/ arrendamento	(1.269)	(304)	-	(1.573)	
<b>Total da depreciação</b>	<b>(177.054)</b>	<b>(22.096)</b>	<b>-</b>	<b>(199.150)</b>	
Imobilizado em curso	13.152	191	5	13.348	
<b>Total do imobilizado líquido</b>	<b>439.167</b>	<b>(19.083)</b>	<b>(1.202)</b>	<b>418.882</b>	

Consolidado					
Taxa média anual de depreciação	31/12/2023	Adições	Baixas	Outros	31/12/2024
<b>Imobilizado em serviço</b>					
Terrenos	6.600	-	-	-	6.600
Edificações e obras cívicas	3% 11.864	-	-	-	11.864
Máquinas e equipamentos (i)	4% 584.307	1.755	(218)	(8.139)	577.705
Móveis e utensílios	5% 154	12	-	-	166
Direito de uso s/ arrendamento (ii)	4% 7.016	-	-	(282)	6.734
<b>Total do custo do imobilizado</b>	<b>609.941</b>	<b>1.767</b>	<b>(218)</b>	<b>(8.421)</b>	<b>603.069</b>
<b>(-) Depreciação acumulada</b>					
Edificações e obras cívicas	(2.382)	(383)	-	-	(2.765)
Máquinas e equipamentos	(154.309)	(18.666)	-	-	(172.975)
Móveis e utensílios	(38)	(7)	-	-	(45)
Direito de uso s/ arrendamento	(1.023)	(246)	-	-	(1.269)
<b>Total da depreciação</b>	<b>(157.752)</b>	<b>(19.302)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(177.054)</b>
Imobilizado em curso	12.793	933	-	(574)	13.152
<b>Total do imobilizado líquido</b>	<b>464.982</b>	<b>(16.602)</b>	<b>(218)</b>	<b>(8.995)</b>	<b>439.167</b>

(i) O montante de R\$ 8.139 em outros na linha de máquinas e equipamentos referem-se à remensuração da desmobilização conforme ICPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares das controladas EDV I e EDV X, conforme nota explicativa 12.

(ii) O montante de R\$ 1.207 em 2025 e R\$ 282 em 2024 na linha de arrendamento refere-se a remensuração proveniente da extensão do contrato de locação.

A Companhia realizou, no encerramento do exercício de 2025, a análise de indicativos de perda por impairment em seus ativos das controladas EDV I, II, III, IV e X, conforme exigido pelas normas contábeis aplicáveis. Após essa análise a Companhia identificou indicativos de Impairment e conforme exigido pelas normas contábeis, realizou teste em relação ao valor recuperável dos ativos. As principais premissas utilizadas para

estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representa a avaliação de tendências futuras da Administração no segmento e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

- Para fins de definição de Unidade Geradora de Caixa a companhia considerou as cinco EDVs (EDVI, II, III, IX e X) como sendo uma única fonte geradora de caixa em função da Companhia monitorar a execução e performance do parque de forma consolidada e utilizarem a mesma estrutura administrativa e operacional dos parques;

- O valor recuperável foi determinado com base no valor em uso, calculado a partir do fluxo de caixa projetado, descontado a uma taxa média de custo de capital (WACC) de 9,44%, apurada antes dos impostos;

- O período projetivo utilizado para elaboração do fluxo de caixa descontado considerou o prazo de autorização determinado pelo poder concedente.

- O volume de geração de energia e preço projetado no período levou em consideração a energia assegurada, os preços e período dos contratos já firmados pela Companhia e, para o período de venda a descoberto, foram consideradas as curvas de Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

- Para a estimativa dos cortes de geração de energia (*curtailment*) foi considerado no período projetivo uma curva descendente no percentual dos cortes de geração de energia levando em consideração os seguintes fatores: (i) aprovação da Lei 15.269/2025 que deu provimento as empresas eólicas e solar em relação aos cortes de natureza de Confiabilidade; (ii) Expansão das linhas de Transmissão no Nordeste; (iii) Avanço nos leilões relacionado aos projetos de armazenamento de baterias e (iv) Modernização regulatória, trazendo mecanismos de compensação financeira relacionada ao consumo em horário de baixa tensão e abertura do mercado livre.

Apesar da identificação de indícios que poderiam indicar potencial desvalorização nos ativos, os testes de recuperabilidade realizados demonstraram que o valor contábil dos ativos não excede o valor recuperável. Assim, não foi necessária a constituição de provisão para perdas no exercício. A administração continuará monitorando regularmente os fatores internos e externos que possam impactar a recuperabilidade de seus ativos.

## 10 Intangível

<b>Consolidado</b>				
<b>Taxa média anual de amortização</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Intangível em serviço</b>				
Software	20%	661	-	661
Direito de exploração	3%	13.921	-	13.921
Servidões	0%	6.456	20	6.458
Licenças operacionais		-	241	-
			(18)	241
<b>Intangível em curso</b>				
Outros intangíveis		10	-	10
<b>Total do custo do intangível</b>		<b>21.048</b>	<b>261</b>	<b>(18)</b>
				<b>21.291</b>
<b>(-) Amortização acumulada</b>				
Software		(256)	(81)	-
Direito de exploração		(3.904)	(444)	-
Licenças operacionais		-	(241)	-
<b>Total da amortização</b>		<b>(4.160)</b>	<b>(766)</b>	<b>-</b>
				<b>(4.926)</b>
<b>Total do intangível líquido</b>		<b>16.888</b>	<b>(505)</b>	<b>(18)</b>
				<b>16.365</b>

Consolidado					
Taxa média anual de amortização	31/12/2023	Adições	Outros	31/12/2024	
<b>Intangível em serviço</b>					
Software	20%	563	98	-	661
Direito de exploração	3%	13.921	-	-	13.921
Servidões	0%	6.456	-	-	6.456
<b>Intangível em curso</b>					
Outros intangíveis		13	9	(12)	10
<b>Total do custo do intangível</b>		<b>20.953</b>	<b>107</b>	<b>(12)</b>	<b>21.048</b>
<b>(-) Amortização acumulada</b>					
Software		(174)	(82)	-	(256)
Direito de exploração		(3.460)	(444)	-	(3.904)
<b>Total da amortização</b>		<b>(3.634)</b>	<b>(526)</b>	<b>-</b>	<b>(4.160)</b>
<b>Total do intangível líquido</b>		<b>17.319</b>	<b>(419)</b>	<b>(12)</b>	<b>16.888</b>

#### Direito de exploração na aquisição de controle:

Os direitos de exploração da autorização foram gerados na aquisição de controle das EDVs e estão sendo amortizados de forma linear durante o prazo de exploração das autorizações.

## 11 Empréstimos, financiamentos e debêntures

		Controladora				Consolidado			
Empresa	Financiadores	31/12/2025				31/12/2025			
		Encargos	Custo a amortizar	Principal	Total	Encargos	Custo a amortizar	Principal	Total
		Windepar	1ª Emissão de Debêntures	188	(1.567)	53.169	51.790	188	(1.567)
EDV I	BNDDES	-	-	-	-	147	(37)	51.111	51.221
EDV II	BNDDES	-	-	-	-	81	(23)	28.209	28.267
EDV III	BNDDES	-	-	-	-	121	(27)	41.183	41.277
EDV IV	BNDDES	-	-	-	-	180	(31)	59.651	59.800
EDV X	BNDDES	-	-	-	-	104	(30)	37.858	37.932
		<b>188</b>	<b>(1.567)</b>	<b>53.169</b>	<b>51.790</b>	<b>821</b>	<b>(1.715)</b>	<b>271.181</b>	<b>270.287</b>
	Circulante	188	(523)	9.770	9.435	821	(671)	36.310	36.460
	Não circulante	-	(1.044)	43.399	42.355	-	(1.044)	234.871	233.827
		<b>188</b>	<b>(1.567)</b>	<b>53.169</b>	<b>51.790</b>	<b>821</b>	<b>(1.715)</b>	<b>271.181</b>	<b>270.287</b>
		Controladora				Consolidado			
Empresa	Financiadores	31/12/2024				31/12/2024			
		Encargos	Custo a amortizar	Principal	Total	Encargos	Custo a amortizar	Principal	Total
		Windepar	1ª Emissão de Debêntures	188	(2.087)	64.010	62.111	188	(2.087)
EDV I	BNDDES	-	-	-	-	156	(42)	54.869	54.983
EDV II	BNDDES	-	-	-	-	87	(27)	30.549	30.609
EDV III	BNDDES	-	-	-	-	130	(31)	44.573	44.672
EDV IV	BNDDES	-	-	-	-	193	(36)	64.512	64.669
EDV X	BNDDES	-	-	-	-	113	(34)	41.018	41.097
		<b>188</b>	<b>(2.087)</b>	<b>64.010</b>	<b>62.111</b>	<b>867</b>	<b>(2.257)</b>	<b>299.531</b>	<b>298.141</b>
	Circulante	188	(523)	13.793	13.458	867	(693)	38.024	38.198
	Não circulante	-	(1.564)	50.217	48.653	-	(1.564)	261.507	259.943
		<b>188</b>	<b>(2.087)</b>	<b>64.010</b>	<b>62.111</b>	<b>867</b>	<b>(2.257)</b>	<b>299.531</b>	<b>298.141</b>

As movimentações de empréstimos, financiamentos e debêntures são compostas da seguinte forma:

Movimentação de empréstimos e debêntures	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo inicial</b>		62.111	69.123	298.141	322.780
Ingresso de dívidas		-	-	463	918
Provisão de encargos de dívidas	19	7.887	9.239	30.426	30.383
Amortização do principal		(13.521)	(10.909)	(38.169)	(33.509)
Amortização do encargos		(4.687)	(5.342)	(20.574)	(22.431)
<b>Saldo final</b>		<b>51.790</b>	<b>62.111</b>	<b>270.287</b>	<b>298.141</b>

### **Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – Controladas**

Em 07 de março de 2016, as controladas da Companhia, celebraram contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com o objetivo de alongamento da dívida, no montante total de R\$ 261.300. Os contratos de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,18% ao ano + TJLP, sendo que as primeiras amortizações ocorreram em 15 de novembro de 2016 e as últimas serão em 15 de outubro de 2032.

Em 12 de dezembro de 2019, as controladas da Companhia, celebraram contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com o objetivo de implantação do sistema de conexão do Complexo Eólico Aracati, no montante total de R\$ 60.000. Os contratos de longo prazo, têm encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: IPCA de 1,68% ao ano + SPREAD de 1,99% ao ano, sendo que as primeiras amortizações ocorreram em 15 de janeiro de 2020 e as últimas serão em 15 de outubro de 2032.

Em 06 de setembro de 2024 a controlada EDV I recebeu o montante de R\$ 918 do sub A3 referente ao contrato 15.207 captado em 07 de março de 2016.

Os contratos com BNDES estabelecem apuração anual de cláusula restritiva, a qual institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização dos contratos, a condição de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,30. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o ICSD Consolidado foi cumprido. A Companhia e suas controladas monitoram os covenants financeiros e não financeiros, decorrentes dos contratos de financiamento celebrados. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado da dívida.

#### **• Debêntures – Controladora**

Em 15 de dezembro de 2016, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Companhia. O valor total da emissão foi de R\$67.500, dividida em 67.500 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$1 mil. As debêntures tiveram início de pagamento semestral em 15 de junho de 2019 e juros de IPCA+7,63% a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e com vencimento para 15 de dezembro de 2028.

O contrato de debêntures estabelece apuração anual de cláusula restritiva, a qual institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, a condição de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,2. A Companhia monitora os covenants financeiros e não financeiros, decorrentes da emissão de debêntures celebrada. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado da dívida.

As parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos e debêntures classificadas no passivo não circulante por tipo de indexador tem os seguintes vencimentos:

Controladora	2027	2028	2029	2030	2031	Após 2031	Total
IPCA	11.475	31.922		-	-	-	43.397
(-) Custo a amortizar	(521)	(521)		-	-	-	(1.042)
<b>Total</b>	<b>10.954</b>	<b>31.401</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>42.355</b>

Consolidado	2027	2028	2029	2030	2031	Após 2031	Total
IPCA	19.826	38.667	6.748	6.737	6.737	5.547	84.262
TJLP	22.416	23.319	25.220	27.291	29.518	22.843	150.607
(-) Custo a amortizar	(521)	(521)	-	-	-	-	(1.042)
<b>Total</b>	<b>41.721</b>	<b>61.465</b>	<b>31.968</b>	<b>34.028</b>	<b>36.255</b>	<b>28.390</b>	<b>233.827</b>

## 12 Provisões

	Consolidado				
	31/12/2023	Atualização monetária	31/12/2024	Atualização monetária	31/12/2025
Provisões de constituição de ativos (a)	2.558	-	2.558	-	2.558
Provisões para compensações ambientais (b)	305	-	305	-	305
Provisões para desmobilização de ativos (c)	12.130	(6.862)	5.268	544	5.812
	<b>14.993</b>	<b>(6.862)</b>	<b>8.131</b>	<b>544</b>	<b>8.675</b>
Circulante	2.863		305		2.863
Não circulante	12.130		7.826		5.812
	<b>14.993</b>		<b>8.131</b>		<b>8.675</b>

- (a) As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado.
- (b) As provisões para compensações ambientais referem-se a investimentos em programas ambientais no qual as controladas da Companhia realizam, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção dos parques Eólicos. As provisões são registradas em contrapartida no ativo imobilizado e são realizadas de acordo com a implementação desses programas.
- (c) Aplicado às controladas EDV I e X, as provisões para desmobilização são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento na qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que recebeu, à exceção das obras aterradas, como fundações, rede de água e esgoto, etc. A redução do saldo comparado ao período anterior ocorreu devido a remensuração do saldo de desmobilização conforme ICPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares. A provisão para desmobilização está registrada em contrapartida ao imobilizado.

## 13 Provisão para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base os valores em risco constantes nos pareceres dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia e suas controladas leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia e suas controladas, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

**Perda provável:** Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Controladora e suas controladas Energia dos Ventos I, II, III e X sejam considerados relevantes para o negócio.

**Perda possível:** embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no exercício findo de 31 de dezembro de 2025 merecem destaques as seguintes demandas:

- (i) **Demandas Cíveis:** atualmente existe um processo judicial de natureza cível (o mesmo em 31 de dezembro de 2024) em face da controlada Energia dos Ventos IV, de valor em risco aproximado em R\$ 54 (R\$ 54 em 2024). Não há processos relevantes que devam ser destacados.
- (ii) **Demandas Trabalhistas:** atualmente não existem processos judiciais de natureza trabalhista em face da controlada Energia dos Ventos X, (um em 31 de dezembro de 2024 de valor em risco aproximado em R\$ 33). Não há processos relevantes que devam ser destacados.
- (iii) **Demandas Tributárias:** atualmente existe um processo judicial de natureza tributária (o mesmo em 31 de dezembro de 2024) em face da controlada Energia dos Ventos X, de valor em risco aproximado em R\$ 408 (R\$ 377 em 31 de dezembro de 2024). Não há processos relevantes que devam ser destacados.
- (iv) **Demandas Regulatórias:** Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 0003995- 79.2016.4.01.3400, proposta pela Alupar Investimento S.A., bem como pelas seguintes empresas que estão sob controle comum da mesma: e ACE Comercializadora LTDA., Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos IV S.A. e Energia dos Ventos III S.A., contra a União Federal, visando a nulidade da aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. Atualmente tais empresas são beneficiadas por liminar impedindo a aplicação dos efeitos desta resolução. O valor somado de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado nas EDVs, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R\$ 197 em 2025 (R\$ 287 em 31 de dezembro de 2024) .

## 14 Provisão de ressarcimento

	Consolidado							
	31/12/2023	Adições	Atualização monetária	31/12/2024	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	31/12/2025
Provisão de Ressarcimento Anual (a)	-	9.441	-	9.441	2.510	-	407	12.358
Provisão de Ressarcimento Quadrienal (a)	2.472	8.169	108	10.749	7.622	-	102	18.473
<b>Total</b>	<b>2.472</b>	<b>17.610</b>	<b>108</b>	<b>20.190</b>	<b>10.132</b>	<b>-</b>	<b>509</b>	<b>30.831</b>
Acerto Financeiro Alocação ACL Para ACR (b)	-	7.418	-	7.418	12.677	(8.114)	-	11.981
<b>Total</b>	<b>2.472</b>	<b>25.028</b>	<b>108</b>	<b>27.608</b>	<b>22.809</b>	<b>(8.114)</b>	<b>509</b>	<b>42.812</b>
Circulante	2.472			19.937				27.200
Não circulante	-			7.671				15.612
	<b>2.472</b>			<b>27.608</b>				<b>42.812</b>

### (a) Provisão de Ressarcimento

A provisão para ressarcimento é resultante de transações que ocorrem em parques eólicos operando exclusivamente no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), que foram contratados por meio de participação em leilões na modalidade de disponibilidade. Esta modalidade estabelece, contratualmente, limites para as exposições, tanto positivas quanto negativas, da geração de energia em

relação à receita fixada pelo leilão, incluindo a aplicação de bônus ou penalidades conforme as faixas de desvio.

Mensalmente são apurados os valores de geração de energia elétrica e confrontados com a obrigação de geração com base na Garantia Física das usinas declaradas e, se verificado déficit, são reconhecidos os valores de provisão de ressarcimento. O ressarcimento pode ser anual ou quadrienal, o que determina sua classificação é a faixa de exposição negativa que cada usina se enquadra, de acordo com a regra contratual. O período de apuração dos saldos anuais é de um ano a partir da data do contrato, ao final de cada ciclo esse valor é transferido para a rubrica de ressarcimento formado e sua liquidação ocorre no ano seguinte. Já o ressarcimento quadrienal tem período de apuração de quatro anos, ao final do ciclo os valores são transferidos para ressarcimento formado, porém, sua liquidação ocorre ao longo dos próximos 12 meses. Por se tratar de saldos de longo prazo, os ressarcimentos quadrienais são atualizados monetariamente ao longo dos anos.

A liquidação dos valores a pagar de ressarcimento, assim como, dos valores a receber em caso de excedente de geração, são realizados através da CCEE, a qual realiza o balanço energético mensal das usinas e a compensação dos valores entre seus agentes. Os valores não compensados são liquidados através de uma conta específica para transações com a CCEE.

Com o aumento da incidência de cortes de geração (*constrained-off*), geradores eólicos com contratos no ACR e CER passaram a enfrentar o dever de ressarcir contrapartes pelo descumprimento de compromissos contratuais. Entretanto, dado que tais restrições possuem origem sistêmica e não estão atreladas à performance do ativo, os agentes passaram a pleitear junto à ANEEL o reconhecimento desses eventos para mitigar a aplicação de penalidades e cláusulas de ressarcimento.

Neste contexto, diante do aumento expressivo de pleitos de geradores eólicos junto à ANEEL para reconhecimento dessas situações de *constrained-off*, o Despacho nº 2.303/2019 suspendeu os ressarcimentos previstos nos contratos firmados no ACR e CER até a regulamentação do tema, posteriormente disciplinada pela Resolução Normativa (REN) nº 927/2021 (consolidada pela REN nº 1.030/2022). Em síntese, o referido instrumento regulatório estabeleceu três marcos temporais para apuração dos cortes e elegibilidade à compensação:

- **Até março/2021:** Restrito a usinas no ACR/CER com pedidos de reconhecimento protocolados na ANEEL.
- **Abril/2021 a outubro/2021:** Aplicável a todas as usinas no ACR/CER, independentemente de protocolo de pedido de reconhecimento.
- **A partir de outubro/2021:** Abrangência geral a todas as usinas afetadas, independentemente do ambiente de comercialização.

Em decorrência das novas disposições regulatórias, o Despacho nº 1.151/2022 definiu a metodologia para cálculo das compensações para o período anterior a outubro de 2021, com cronograma de reapurações iniciado em junho de 2023, de acordo com o Comunicado CCEE nº 970/22. Para os eventos ocorridos após outubro de 2021, a metodologia foi fixada pela REN nº 1.109/2024, resultando em um calendário de recontabilizações no Mercado de Curto Prazo (MCP) e ressarcimentos no âmbito da contratação regulada com início previsto para junho de 2025, conforme o Comunicado CCEE nº 372/25. Em regra, o pagamento da compensação é devido apenas quando a soma dos tempos de restrição por *constrained-off* — classificados como indisponibilidade externa e acumulados desde o início do ano civil — superar a indisponibilidade média das funções de transmissão.

Entretanto, em 25 de novembro de 2025, a promulgação da Lei nº 15.269/2025 trouxe um novo ordenamento jurídico para os cortes ocorridos entre 01 de setembro de 2023 e a data de publicação da Lei. Mediante a assinatura de um Termo de Compromisso com o Poder Concedente, titulares de usinas eólicas e solares poderão fazer jus à compensação dos cortes por indisponibilidade externa, sem franquia de horas, e confiabilidade elétrica. Como contrapartida, a compensação está condicionada: i) à renúncia do direito de discutir na via administrativa, arbitral ou judicial compensações pretéritas e ii) à desistência de eventual ação judicial em curso.

Em decorrência da nova legislação:

- A CCEE, por meio dos Comunicados nº 937/25 e 971/25, suspendeu os lançamentos de ressarcimentos de contratos regulados ainda não reapurados, até que o tema seja integralmente regulamentado.
- O Ministério de Minas e Energia (MME) instaurou a Consulta Pública nº 210/2025 para discutir a minuta do Termo de Compromisso, cujo prazo de contribuições encerrou-se em 16 de janeiro de 2026.

Considerando os eventos acima descritos, ressalta-se que, até a data de autorização de emissão destas demonstrações contábeis, a Administração da Companhia não deliberou formalmente sobre a intenção de aderir (ou não) ao termo de compromisso previsto na Lei 15.269 e de renunciar às ações judiciais relacionadas ao *curtailment*. Vale ressaltar que as deliberações finais por parte da Companhia ocorrerão somente após as próximas deliberações sobre o tema. Consequentemente nenhum ganho relativo a compensação econômica pelos eventos de restrições nas operações foram reconhecidas nestas demonstrações contábeis.

#### **(b) Acerto Financeiro Alocação ACL Para ACR**

As usinas de fonte eólica comprometidas com CCEAR, na modalidade disponibilidade, podem atenuar o ressarcimento, entregando mais energia ao contrato através da realocação de energia do ambiente livre para o regulado. A realocação é um mecanismo opcional, no qual o agente deve declarar sua intenção de participação antes do início do ano contratual, e somente terá efeito caso a usina necessite entregar energia adicional a fim de evitar o ressarcimento.

No mês de apuração do ressarcimento será calculado a geração realocada do ambiente livre para o regulado no ano contratual, assim como a valoração dessa energia ao PLD, cujo montante financeiro será descontado da receita da usina no mês de apuração do ressarcimento.

## **15 Partes relacionadas**

### **15.1 Transações com partes relacionadas**

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos em aberto provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

#### **Partes relacionadas: informações patrimoniais**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b><u>Ativo circulante</u></b>		
Dividendos e capital a receber - EDV I	-	412
Dividendos e capital a receber - EDV II	76	239
Dividendos e capital a receber - EDV III	388	635
Dividendos e capital a receber - EDV IV	401	91
Dividendos e capital a receber - EDV X	-	131
	<b>865</b>	<b>1.508</b>

## Partes relacionadas: informações do resultado

	Nota	Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
<b>Demonstração de resultado</b>			
Serviços de operação remota - AF Energia S.A.	18	(334)	(147)
Depreciação s/Arrendamento - Alupar Investimento S.A		(149)	(116)
Juros sobre arrendamento - Alupar Investimento S.A		(46)	(38)
		<b>(529)</b>	<b>(301)</b>

## 15.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Empresa	Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2025
EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X	Alupar e Windepar	14/12/2015	Conselho de Administração	Contrato de Financiamento BNDES - nº 15.2.0778.1 e 15.2.0778.4	Pretação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fiança corporativa.	11/02/2016	15/10/2032	261.300	218.645
EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X	Alupar e Windepar	06/11/2019	Assembleia Geral Extraordinária	Contrato de Financiamento BNDES - nº 19.2.0598.1		10/12/2019	15/10/2032	60.000	

## 15.3 Remuneração da alta administração

De acordo o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – AGOE da Companhia realizada em 30 de abril de 2025, foi aprovada por unanimidade dos votos, a remuneração global dos membros da Diretoria no montante de até R\$ 375 (EDV I) e R\$ 266 (EDV IV) para o exercício social de 2025. Na forma prevista na Proposta da Administração. Os membros do Conselho de Administração renunciaram a qualquer remuneração para o exercício de 2025.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração da diretoria	<b>(634)</b>	<b>(882)</b>

## 16 Patrimônio líquido

### Capital social

O capital subscrito e integralizado é de R\$ 298.455 em 31 de dezembro de 2025 e 2025 representado por 325.862.705 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2025 e 2025, pertencente 100% pela acionista Alupar Investimento S.A.

31/12/2025 e 2024		
Quantidades de ações ordinárias integralizadas		
<b>Acionistas</b>		
Alupar Investimento S.A	325.862.705	100,00
<b>Total das ações</b>	<b>325.862.705</b>	<b>100,00</b>

## 17 Receita operacional líquida

Consolidado					
		31/12/2025		31/12/2024	
Nota	MWh	Valor	MWh	Valor	
<b>Receita de geração de energia elétrica</b>					
		349.523	80.118	350.481	76.431
		56.924	11.756	50.738	9.089
		-	1.648	-	992
	14	-	(12.677)	-	(7.418)
	14	-	(10.132)	-	(17.610)
		<b>406.447</b>	<b>70.713</b>	<b>401.219</b>	<b>61.484</b>
<b>Deduções</b>					
			(642)		(533)
			(2.973)		(2.465)
			(426)		(407)
			<b>(4.041)</b>		<b>(3.405)</b>
			<b>66.672</b>		<b>58.079</b>
<b>Receita operacional líquida</b>					



## 20 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
<b>a) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:</b>		
Resultado antes dos tributos	(5.207)	(12.473)
Alíquota nominal	34%	34%
<b>Expectativa de (despesa) receita com tributos às alíquotas nominais</b>	<b>1.770</b>	<b>4.241</b>
Resultado de equivalência patrimonial	1.042	(931)
Prejuízo fiscal do exercício para o qual não foi constituído ativo fiscal diferido	(2.661)	(3.163)
Despesas não dedutíveis para fins fiscais	-	4
Amortização intangível para o qual não foi constituído imposto diferido	(151)	(151)
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>b) Alíquota efetiva</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>Consolidado</b>		
	31/12/2025	31/12/2024
<b>a) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:</b>		
Resultado antes dos tributos	1.844	(6.576)
Alíquota nominal	34%	34%
<b>Expectativa de (despesa) receita com tributos às alíquotas nominais</b>	<b>(627)</b>	<b>2.236</b>
Diferença de base - controladas lucro presumido	(3.612)	(4.824)
Prejuízo fiscal do exercício para o qual não foi constituído ativo fiscal diferido	(2.661)	(3.163)
Despesas não dedutíveis para fins fiscais	-	5
Amortização intangível para o qual não foi constituído imposto diferido	(151)	(151)
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(7.051)</b>	<b>(5.897)</b>
<b>b) Composição dos tributos no resultado:</b>		
Na rubrica de tributos:		
Correntes	(7.051)	(5.784)
Tributos Diferidos Extensão	-	(113)
<b>Total</b>	<b>(7.051)</b>	<b>(5.897)</b>
<b>c) Alíquota efetiva</b>	<b>382%</b>	<b>-90%</b>

## 21 Instrumentos financeiros e gestão de risco

### Considerações gerais

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

A Companhia e suas controladas limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

### Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil, do valor justo e hierarquia dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis:

Nível I – preços cotados nos mercados para ativos e passivos idênticos;

Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Consolidado						
31/12/2025		31/12/2024		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria	
Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo			
<b><u>Ativos financeiros</u></b>						
Caixa	8.358	8.358	3.466	3.466	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	-	-	1.826	1.826	Nível II	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	9.728	9.728	11.984	11.984	Nível II	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	79.253	79.253	80.443	80.443	Nível II	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	11.462	11.462	9.649	9.649	-	Custo amortizado
	<b>108.801</b>	<b>108.801</b>	<b>107.368</b>	<b>107.368</b>		
<b><u>Passivos financeiros</u></b>						
Fornecedores	3.893	3.893	4.930	4.930	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	218.497	218.497	236.030	236.030	-	Custo amortizado
Debêntures	51.790	52.263	62.111	62.111	-	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	4.661	4.661	6.047	6.047	-	Custo amortizado
	<b>278.841</b>	<b>279.314</b>	<b>309.118</b>	<b>309.118</b>		

As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

O valor justo de caixa equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores e uso do bem público se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas.

Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desses contratos não serem contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Debentures: As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

### Hierarquia do valor justo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

## Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

### *Análise de sensibilidade de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e investimentos de curto prazo*

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2025, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Indexador		Posição em 31/12/2025	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			7,50%	11,25%	15,00%	18,75%	22,50%
Investimentos a curto prazo	CDI	9.728	730	1.094	1.459	1.824	2.189
Títulos e valores mobiliários	CDI	79.253	5.944	8.916	11.888	14.860	17.832

### *Análise de sensibilidade das dívidas*

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2025, foi extraída a projeção dos indexadores TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2025 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário

Indexador			Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
			Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2025 *	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)
				4,40%	6,59%	8,79%	10,99%	13,19%
Empréstimos e financiamentos	TJLP +	2,18%	167.944	11.203	14.974	18.745	22.516	26.287
				2,91%	4,36%	5,81%	7,26%	8,72%
Debêntures	IPCA +	8,15%	51.790	5.848	6.662	7.475	8.289	9.102
Empréstimos e financiamentos	IPCA +	3,67%	50.553	3.378	4.139	4.900	5.661	6.423

(\*) Refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação

## Gestão de riscos

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes riscos associados aos seus negócios:

### *Risco de crédito*

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia e suas controladas monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias, caso seja necessário, e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

### *Risco de taxas de juros*

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em

termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pré-fixados sobre empréstimos, debêntures e aplicações financeiras.

### **Risco de regulação**

As atividades da Companhia e suas controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e suas controladas.

### **Risco da escassez de vento**

Esse risco decorre da possibilidade de falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, bem diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

### **Risco de liquidez**

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos. Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pela Administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

## **22. Transações não caixa**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o prejuízo:

<b>Controladora</b>						
Nota	Saldo em 31/12/2024	Efeito caixa		Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2025
		Amortização / Pagamento	Captações / Ingressos	Encargos	Adições/ baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	62.111	(18.208)	-	7.887	-	51.790
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)</b>	<b>62.111</b>	<b>(18.208)</b>	<b>-</b>	<b>7.887</b>	<b>-</b>	<b>51.790</b>

  

<b>Consolidado</b>						
Nota	Saldo em 31/12/2024	Efeito caixa		Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2025
		Amortização / Pagamento	Captações / Ingressos	Encargos	Adições/ baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	298.141	(58.743)	463	30.426	-	270.287
Arrendamentos	6.047	(722)	-	595	(1.259)	4.661
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)</b>	<b>304.188</b>	<b>(59.465)</b>	<b>463</b>	<b>31.021</b>	<b>(1.259,00)</b>	<b>274.948</b>

## **23. Benefícios a empregados**

As controladas da Companhia oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. As controladas reconheceram no resultado o montante de R\$ 687 no exercício findo em 31 de dezembro 2025 (R\$ 560 em 31 de dezembro de 2024) referente a benefícios.

No plano de contribuição definida, as controladas da Companhia patrocinam um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

\* \* \*